

Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes

JORGE MIGLIOLI*

“Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização européia; o mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história”

Ludwig von Mises, *Liberalismo*, Rio de Janeiro, 1987, p. 53; traduzido da edição em inglês de 1985, que reproduz a edição original em alemão de 1927.

Não se justifica a existência do Estado a não ser para a intervenção na vida dos indivíduos, seja em suas atividades econômicas, políticas, sociais e até mesmo em seus relacionamentos privados. Assim, a existência do Estado implica necessariamente a intervenção. Nesta linha de raciocínio, pode-se conceituar o *liberalismo* como constituindo uma situação onde preponderam menores graus de intervenção, assim como a *ditadura* como sendo a aplicação mais intensa da intervenção; é neste sentido que usaremos estes termos, reservando à palavra *intervencionismo* o significado de uma situação intermediária entre liberalismo e ditadura.

Conceitualmente é necessário separar a intervenção econômica e a intervenção política do Estado. Isto porque um mesmo Estado pode aplicar diferentes doses de intervenção a uma e a outra dessas duas atividades. É comum encontrar Estados politicamente liberais e fortemente intervencionistas na área econômica (como, por exemplo, na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial) ou, ao contrário, Estados economicamente liberais mas submetidos à ditadura política (casos encontrados especialmente em países subdesenvolvidos, dos quais o exemplo mais conhecido é o Chile do general Pinochet).

*Professor do Departamento de Sociologia, campus de Araraquara, SP, Unesp.

Além disto, não se pode considerar a intervenção do Estado, seja na área econômica ou na política, como sendo sempre inteiramente coerente em termos de liberalismo ou de intervencionismo. Assim, por exemplo, um país pode ser liberal nas atividades econômicas internas e restritivo em suas relações econômicas com o exterior (como os Estados Unidos, Japão e muitos outros), ou, na política, ser liberal no reconhecimento dos direitos de seus cidadãos mas fechado no processo de escolha dos ocupantes dos principais cargos executivos do governo (como na maioria dos chamados países democráticos, onde a possibilidade de acesso a esses cargos é extremamente reduzida). Mas, para não complicar, deixaremos de lado esta questão da coerência.

O liberalismo, a ditadura e, entre os dois, o intervencionismo são formas alternativas de ação do Estado capitalista nas esferas econômicas e políticas em circunstâncias diferentes, visando sempre à defesa dos interesses coletivos da classe dominante ou da fração dominante do bloco no poder. Em linhas gerais, quando, num dado país, a classe dominante é bastante homogênea (ou, pelo menos, não apresenta grandes rachaduras), está segura de seu poder, não sofre ameaças do exterior, a economia funciona razoavelmente bem e os movimentos sociais (especialmente dos trabalhadores) estão devidamente controlados, contidos ou adormecidos, então o ambiente é propício ao liberalismo em sua feição tanto econômica como política.

Mas quando não ocorrem essas condições, em menor ou maior número, então abre-se espaço para o intervencionismo, em menor ou maior grau, o qual pode chegar, como último recurso, a uma ditadura “comum” ou até mesmo ao fascismo — que é um caso especial de ditadura da burguesia, com características específicas. O fato é que, em face de ameaça externa (como guerra ou perda de mercado) e interna (forte oposição da classe trabalhadora, das classes médias ou até mesmo de uma fração descontente da classe dominante), a burguesia como um todo ou suas frações principais não têm escrúpulos em recorrer à ditadura a fim de impor sua vontade e assegurar seus interesses. Assim, na Europa, nas primeiras décadas do século XX, com a ascensão dos movimentos socialistas, a Revolução Russa, as tentativas revolucionárias na Alemanha, Hungria e outros países, as economias desorganizadas pela Primeira Guerra Mundial e pelos erros governamentais, o poder fragmentado do Estado, etc., nada melhor do que apelar para as ditaduras a fim de pôr ordem na casa e salvar a “civilização européia”; daí o contentamento com o fascismo, manifestado por Ludwig von Mises (1881-1973), um dos mais destacados defensores do liberalismo neste século.

É preciso esclarecer um pouco mais estas questões. Evidentemente o recurso da burguesia a um regime totalitário acontece sempre em condições históricas específicas, de forma que cada um deles tem suas características próprias; mesmo assim, é possível encontrar elementos comuns. O primeiro é a existência de uma certa desorganização social (dificuldades econômicas, insatisfação popular, greves, constantes conflitos políticos, etc.); o segundo, estreitamente associado ao primeiro, é a fraqueza dos detentores do poder — membros e representantes da burguesia em seu conjunto ou de suas frações principais. Como eles não têm força suficiente para reorganizar a sociedade de acordo com as leis existentes — porque estão divididos ou porque sofrem forte oposição de outras classes ou camadas sociais —, então socorrem-se do golpe de Estado e, se vencedores, da conseqüente imposição de regime totalitário, contando com apoio das forças armadas convenientemente preparadas para isso e utilizando-se, como argumento justificador, de discursos patrioteiros. Quando os detentores do poder, apesar de seus esforços, perdem a confiança da burguesia ou de suas frações principais, então eles é que são removidos de seus cargos com o golpe de Estado; para isto os golpistas contam ou com o apoio explícito ou com a não ingerência das forças armadas e podem lançar mão de apenas partes delas ou de grupos paramilitares (como na Itália e na Alemanha fascistas) formados por grupos de desclassificados sociais e por membros descontentes da classe média, dos camponeses e até dos operários, prometendo melhorar-lhes a vida, reorganizar a sociedade, salvar a nação, restaurar a religião, a moralidade, a pureza da raça ou qualquer outra coisa desse tipo.

Quando a burguesia é suficientemente homogênea ou uma fração dela exerce incontestável hegemonia, seu domínio de classe se processa institucionalmente, sem recurso a regime totalitário, usualmente contando com a submissão das classes médias satisfeitas (que lhe dão votos nas decisões parlamentares e fornecem membros para suas funções executivas) e até mesmo com o apoio político de parcela da classe trabalhadora, principalmente através de lideranças sindicais corrompidas (o exemplo mais conhecido é o norte-americano). Nessas circunstâncias, a burguesia não permite qualquer desorganização social; ela age antes que isso aconteça, através de mudanças na política do governo, freqüentemente precedidas de mudanças dos partidos políticos no poder (o revezamento de partidos no poder é parte importante desse mecanismo de ajuste, como a alternância de democratas e republicanos nos Estados Unidos e de conservadores e trabalhistas na Inglaterra).

Sentindo-se forte, a burguesia pode dar-se ao luxo de exercer seu domínio despido de máscara e instaurar políticas francamente favoráveis a ela, como o liberalismo econômico — cuja aplicação prática sempre deu como resultado, na outra ponta, o prejuízo à classe trabalhadora. Alguns exemplos são bem conhecidos. Começamos com o próprio início do liberalismo: a *Lei dos Pobres* na Inglaterra — estabelecida pela rainha Elizabeth I na passagem do século XVI para o XVII com o fim de minorar a miséria em seu reino — foi reformulada em 1830, com base na doutrina liberal difundida por Adam Smith e seus adeptos, e teve como resultado o inchaço da força de trabalho industrial com os conseqüentes aumento da concorrência dos trabalhadores por emprego e redução dos salários. Segundo exemplo: em 1890, nos Estados Unidos, foi aprovada a Lei Sherman para combater a ação dos monopólios e restaurar a livre concorrência entre empresas, um dos postulados da doutrina liberal; entretanto, a justiça americana decidiu que a lei também se aplicava à união de trabalhadores; daí que, de 1890 a 1897, essa lei foi usada uma única vez contra a combinação de empresas, mas vinte vezes contra a associação de trabalhadores, com o argumento de que essa associação restringia a competição no mercado de trabalho. Na segunda metade de década de 1920 na Europa e nos Estados Unidos, nos alvares da grande crise econômica e durante a própria crise, os defensores do liberalismo pregavam e executavam a redução de impostos, de gastos governamentais, de salários, do poder dos sindicatos (que impedia a queda dos salários); o resultado foi a profunda depressão de 1929-1933, com enorme massa de desempregados e miséria generalizada. Finalmente, nos dias de hoje, sob o império do liberalismo econômico, novamente constatam-se elevadas taxas de desemprego e baixos salários.

Até hoje, para os trabalhadores dos países capitalistas, o sistema mais favorável foi o do intervencionismo econômico. Nesse caso, em geral, a burguesia não chega a estar enfraquecida mas também não se sente segura no poder, e por isso precisa negociar para conquistar apoios ou evitar oposições; a negociação se realiza entre as próprias frações da burguesia e entre elas (ou algumas mais proeminentes) e as outras classes ou camadas sociais, e envolve desde consultas diretas até outros procedimentos políticos, como debates parlamentares, campanhas partidárias etc. num jogo de avanços e recuos. Nesse processo, os detentores do poder de Estado se vêem obrigados, às vezes, a ceder, a fazer concessões, o que implica correspondentes intervenções do Estado em diversas áreas. Se os trabalhadores contam com boas condições (sindicatos e partidos fortes,

movimentos sociais expressivos, um ambiente político interno ou externo favorável, etc.), então é nesses momentos que conseguem obter vantagens sociais.

O melhor exemplo dessa situação é o período seguinte à Segunda Guerra Mundial: a burguesia estava abalada, era preciso reorganizar a economia (e até mesmo recuperar o país das destruições de guerra, no caso europeu), havia um inequívoco ambiente antiautoritário (afinal a guerra não fora contra o fascismo?), os exércitos soviéticos empurraram as fronteiras “socialistas” até o centro da Europa, os comunistas estavam tomando o poder na China... O resultado de tudo isso foi um forte intervencionismo econômico (do qual a implantação do planejamento em alguns países europeus foi sintomática) acompanhado por uma ampliação dos direitos sociais. Ainda no fim da guerra (1944), alarmado com o intervencionismo e com as perspectivas de sua continuação depois dela, outro expoente do liberalismo e, por isto mesmo, ganhador do prêmio Nobel, Friedrich A. Hayek, em seu livro *O caminho da servidão*, alertava para o possível fim do capitalismo e da democracia. Contrariamente ao alerta, o que aconteceu foi uma jamais sonhada enorme expansão do capitalismo (sua “idade de ouro”) com ampliação dos direitos individuais e sociais e a formação dos chamados “Estados de bem-estar”.

* * *

Durante o período de vinte e cinco anos após o fim da Segunda Guerra, a burguesia dos países capitalistas centrais (agora incluindo o Japão) se recompôs do abalo e reforçou seu poder. O fato novo foi e ainda é a intensificação do processo de unificação econômica da burguesia, em escala nacional e internacional: dentro dos países eliminam-se as diferenças entre as várias frações setoriais (rurais, industriais, comerciais, bancárias) e entre países ocorre um fluxo recíproco de investimentos entrelaçando as burguesias nacionais. Tal processo é possível graças à financeirização do capital e às concomitantes expansão e agilização das bolsas de valores.

Desde o final do século XIX, e aceleradamente depois da Segunda Guerra Mundial, um número crescente de empresas, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, foi-se convertendo em sociedades anônimas, com suas ações vendidas nas bolsas e suas atividades gerenciais cada vez mais amplamente exercidas por um corpo de diretores formado por técnicos e administradores. A participação dos acionistas na empresa se limita à escolha de seus diretores e à determinação de sua linha geral de atuação; a partir daí todas as decisões cabem aos diretores, cujo desempenho é avaliado objetivamente com base em dois indicadores: a lucratividade da

empresa (ou melhor, sua capacidade de distribuir dividendos aos acionistas) e o valor de suas ações nas bolsas. Um capitalista não precisa entender de siderurgia, fabricação de biscoitos, criação e abate de gado, administração bancária ou outra coisa qualquer para investir nessas atividades; basta-lhe comprar ações de empresas que nelas atuam, e isto ele faz com base na análise do valor das ações e das perspectivas de auferir lucros; se não quiser ou não puder fazer esse tipo de análise, também pode contratar algum especialista (indivíduo ou firma) para fazê-lo e até mesmo para se encarregar da tarefa de investimento. O capitalista se torna um proprietário de papéis: as ações (na verdade, não só ações mas também outros papéis, como os títulos de dívida pública ou privada, mas isto não interessa aqui). O chamado “capital produtivo” (máquinas, equipamentos, prédios, matérias primas etc.) é propriedade da empresa, uma pessoa jurídica, cujas ações se distribuem entre os investidores: fundamentalmente capitalistas, mas também pessoas “comuns”, fundos de pensão de trabalhadores (cuja importância vem crescendo) e outros. É a este capital, materialmente constituído de papéis, que representam um direito de receber dividendos (lucros distribuídos) e um direito de votar nas assembléias de acionistas (quando se é possuidor de ações ordinárias) e que podem ser rapidamente convertidos em dinheiro através de suas vendas nas bolsas, que se dá o nome de *capital financeiro*.

As bolsas de valores formam uma peça crucial desse mecanismo. Sua origem é antiga (final do século XVIII) mas sua importância só começou a crescer com a expansão das sociedades anônimas, até atingirem a grandeza que têm nos dias atuais, quando se tornaram popularmente conhecidas através de jornais, redes de televisão e do cinema. As bolsas mais conhecidas são as de Nova York, Londres e agora também a de Tóquio, mas todo país capitalista tem sua bolsa de valores, quando não tem mais de uma. Graças aos computadores, satélites de comunicação e outros engenhos eletrônicos, há uma estreita ligação entre as bolsas de todo o mundo, de modo que em Tóquio pode-se saber a qualquer momento o valor da ação de uma empresa na bolsa de Nova York, e *vice-versa*, e de qualquer país pode-se comprar ações na bolsa de outro país de forma instantânea. Isto permite um fluxo contínuo de investimento entre os países, menos para construir novas empresas ou ampliar as existentes mas fundamentalmente para transferir a propriedade de ações de uns capitalistas para outros. Mas isto promove também uma grande interdependência financeira entre os países: o que acontece numa bolsa importante repercute logo nas outras bolsas.

O que acontece com a burguesia nesse processo? Dentro de cada país as burguesias setoriais vão deixando de existir, cedendo lugar à burguesia unificada. Um mesmo capitalista passa a ser detentor de ações de empresas operando em setores diversos; ele faz isso não porque tenha alguma simpatia por esses setores (embora isso também possa acontecer), mas sim porque é um bom método para reduzir o risco de seu investimento total: o desempenho de uma das empresas pode ser ruim, mas é compensado pelos bons resultados de outra. Essa unificação não significa a completa eliminação da concorrência entre capitalistas: eles continuam a competir entre si na medida em que “suas” empresas (isto é, empresas em que investem) também estão competindo, e a história americana está plena de exemplos disso; por outro lado, grupos de capitalistas que concorrem num setor podem estar associados em outro setor, e nada impede também que um capitalista invista até mesmo em empresas que concorrem entre si. De qualquer modo, a crescente financeirização do capital patrocina a unificação cada vez maior da burguesia dentro de um país. O mesmo acontece em escala internacional, com o capital proveniente de um país sendo aplicado em outros países, associando-se ao capital desses mesmos países.

Mas essa história não se esgota aí. Também é preciso levar em conta a concentração e a centralização do capital. A grande expansão do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, gerando enorme volume de capital, e a crescente organização de empresas como sociedades anônimas produziram uma concentração do capital financeiro sob a forma de ações (para não falar de outros tipos de papéis); isto significa que a burguesia dispõe agora de monumental massa de recursos financeiros que circula pelo mundo. Grande parte desses recursos circula em atividades especulativas com ações, mercadorias, moedas estrangeiras, etc. Mas outra parte aguarda o momento adequado para “sentar-se” em alguma atividade produtiva, participando da criação ou da ampliação de empresas. Acontece que as novas oportunidades de investimento — para criação ou ampliação de empresas — são insuficientes para absorver os recursos financeiros disponíveis para isso; assim eles se voltam também para a “tomada” de empresas existentes que oferecem boas oportunidades de lucros, tanto no setor privado como no estatal. Esta é a razão principal da campanha avassaladora em prol da privatização das empresas públicas, que é um dos itens principais do programa do liberalismo atual. Também a abertura ao capital estrangeiro nos países menos desenvolvidos faz parte desse movimento, porque facilita a compra de empresas das burguesias locais — que se tornam, cada vez mais, burguesias rentistas, apêndices da grande burguesia internacional.

Se a concentração do capital financeiro é inquestionável, a centralização é mais problemática, difícil de comprovar com certeza. Em termos simples, ela significa que o capital se concentra cada vez mais em mãos de um número menor de proprietários. Algumas evidências são apresentadas como apontando no sentido contrário à centralização. Por exemplo: primeiro, a expansão do capitalismo permite o acesso à riqueza de um maior número de pessoas; segundo, a riqueza se descentraliza por meio da partilha decorrente da dissolução do casamento e da herança. Mas essas evidências não são suficientes para negar a tendência à centralização. Deixando de lado a questão do divórcio e da herança (em que também existem procedimentos para evitar ou reduzir a partilha do capital, como a constituição de fundos profissionalmente administrados, cabendo aos herdeiros não a partilha desses fundos mas apenas dos benefícios deles advindos) há que considerar uma outra evidência: se é verdade que a expansão do capitalismo gera o enriquecimento de maior número de pessoas, também se verifica o empobrecimento nas fases de depressão.

Mas o problema não é fácil assim, quando colocado em termos de capital, em vez de riqueza em geral. Numa situação de prosperidade, sem dúvida camadas maiores de pessoas (até mesmo da classe operária) adquirem bens que antes não conseguiam ter: automóveis e outros bens duráveis de consumo classificados como riquezas. Mas isto não quer dizer que aumenta o número de pessoas detentoras de capital em geral e de capital financeiro em particular. Usualmente, nos períodos de prosperidade, surge uma miríade de pequenos negócios que duram apenas até a próxima fase de depressão, e os que conseguem sobreviver detêm um montante inexpressivo do capital total. Numa economia capitalista estabelecida o que efetivamente cresce nas fases de prosperidade é o capital já constituído, o grande capital — o resto é marginal e oscilante. Quanto ao capital financeiro — que tem a ver com grandes empresas —, ele não sofre a menor alteração por causa do surgimento ou desaparecimento dos pequenos negócios. Ou será que o fato de um maior número de indivíduos comprar uma dúzia de ações de grandes empresas os transforma em capitalistas (de acordo com a ideologicamente propalada imagem do “capitalismo popular”)?

Passando ao que efetivamente tem importância, existem evidências no sentido da centralização do capital financeiro, não necessariamente no sentido da concentração em menor número de burgueses, mas no sentido relativo: o número de detentores de capital financeiro pode crescer, mas

dentro dessa camada existe uma distribuição cada vez mais desigual do capital — ou seja, uma centralização. As evidências estão no grande movimento de compras, fusões e tomadas (*take over*) de empresas (a tomada ocorre quando um capitalista ou um grupo deles assume, pela compra de um número suficiente de ações no mercado, o controle de uma empresa).

Outro fato relevante se refere não à propriedade mas ao controle do capital financeiro, e aí a centralização é inegável. Já foi mencionado que os capitalistas financeiros não precisam encarregar-se pessoalmente da administração de seu capital: existem pessoas e principalmente firmas que fazem isso por eles, continuamente ou em ocasiões especiais (por exemplo, para empreendimentos específicos). Como a administração do capital financeiro se transforma numa atividade cada vez mais complexa, cresce a importância dos especialistas e cresce também o volume de recursos sob seu controle.

Esse processo de unificação da burguesia — através da financeirização do capital e de sua concentração e centralização — não elimina todas as contradições internas dessa classe. Em escala nacional sobrevivem desacordos entre pequena e grande burguesia, interesses setoriais contrariados, concorrências entre empresas na luta por mercado, competições entre grupos capitalistas pelo controle de empresas, divergências acerca de alternativas de atuação, etc., e em escala internacional ainda ocorrem contradições entre interesses localizados de burguesias nacionais. Não resta dúvida, contudo, que todo o processo anteriormente descrito promove, nacional e mundialmente, maior coesão interna, maior compactação, maior concentração de poder da burguesia, em especial da grande burguesia — que é a que efetivamente comanda os rumos da burguesia em geral.

A essas ampliação e concentração do poder econômico da burguesia juntaram-se a ampliação e concentração de seu poder político, num processo gradual iniciado na segunda metade da década de 1970 e do qual também resultou a onda de liberalismo que atualmente cobre o mundo.

O ponto de partida desse processo foi a depressão econômica da década de 1970. Nos primeiros anos dessa década chegou ao fim a grande expansão econômica do capitalismo começada após a Segunda Guerra Mundial e instaurou-se o período da chamada “estagnação” — um neologismo para a estagnação associada à inflação —, um fenômeno inédito na história do capitalismo e que contrariava os princípios da teoria econômica predominante, segundo os quais a estagnação e a inflação não

podiam estar juntas por serem tendências opostas. A partir daí foram montados os cenários materiais e ideológicos propícios ao liberalismo.

O cenário ideológico foi formado pelo avanço das doutrinas liberais entre os teóricos da economia e da política — muitos dos quais eram ou passaram a ser assessores governamentais — e atingiu a grande imprensa do mundo capitalista. Esse avanço começou com uma discussão sobre política econômica. O uso dos costumeiros instrumentos para sair da crise não estava dando certo e isso foi interpretado pelos economistas das correntes liberais como sendo a comprovação do esgotamento das propostas intervencionistas keynesianas que até então constituíam a base da política econômica dos governos capitalistas; conseqüentemente, propunham uma nova política econômica, de caráter liberal. Seus fundamentos já estavam estabelecidos havia muito tempo mas, agora, alguns novos argumentos foram acrescentados (gerando mais prêmios Nobel para seus formuladores). Despida de sutilezas, a política econômica proposta pelos liberais se concentra em uns poucos pontos: redução do tamanho do Estado na economia (isto é, diminuição dos gastos públicos e da tributação e privatização das empresas públicas), desregulação das atividades econômicas (isto é, liberdade de ação para as “forças do mercado”), livre fluxo de mercadorias e capitais entre os países. Para que essas medidas possam ser realizadas, algumas condições são exigidas: estabilidades monetária e cambial (necessárias para o “cálculo econômico”) e estabilidade política (para garantir a continuidade do processo, sem sustos); e tudo isso requer as concomitantes reformas das leis dos países não preparados para o liberalismo.

O cenário material também começou a ser montado na fase da “estagflação”. Por um lado, ao cair o nível das atividades econômicas, declinaram as taxas e os montantes de lucro — o que predispôs a burguesia à mudança da política econômica que vinha sendo praticada e, em seguida, levou-a ao liberalismo. Por outro lado, também as classes médias e a trabalhadora foram prejudicadas, com perdas de salários e empregos — igualmente levando-as a aceitar alterações da política econômica, e tanto é assim que elas foram convencidas a ajudar na eleição de candidatos conservadores em todo o mundo, começando por Thatcher na Inglaterra (1979) e Reagan nos Estados Unidos (1980).

Os lucros, principalmente para a grande burguesia, começaram a se recuperar na década de 1980, com o aumento da produção, a reestruturação empresarial (aí incluindo as falências de empresas deficitárias), os cortes de custos, os elevados ganhos especulativos e

também com as ajudas governamentais, entre elas a redução da carga tributária incidente sobre os ganhos do capital.

Mas os trabalhadores não conseguiram recuperar a posição que tinham até o princípio da década de 1970. Pelo contrário, sua situação piorou. Seus salários reais, quando não caíram ainda mais, foram mantidos em níveis reais baixos. O aumento do desemprego, que começou como conjuntural, isto é, decorrente de uma fase de depressão, tornou-se estrutural, provocado por uma crescente incorporação de técnicas produtivas poupadoras de força de trabalho, de modo que muitos países passaram a ter taxas de desemprego superiores a 10% e, em alguns casos, próximas de 20%. O desemprego e o endurecimento da postura da burguesia diretamente e através dos governos no relacionamento com os trabalhadores os levaram a uma política de submissão ou, pelo menos, de acomodação, que se expressa na fraqueza dos movimentos sindicais e na grande queda do número e da extensão das greves. Além disso, algumas conquistas sociais dos trabalhadores ao longo de muitos anos (seguro desemprego, aposentadoria, assistência médica, etc.) foram ou estão sendo revistas no sentido de reduzi-las.

O fortalecimento do poder da burguesia em relação aos trabalhadores se ampliou com o colapso do “mundo soviético” (incluindo, além da União Soviética, os outros países sob sua influência), a desagregação da Iugoslávia e a dúvida política chinesa. Os movimentos socialistas, que vinham decaindo desde a década de 1960, perderam seus pontos de apoio e seus rumos e entraram numa fase de depressão. Para a burguesia, só a derrubada do “mundo soviético” (para não falar dos acontecimentos na Iugoslávia e na China) representou uma estrondosa vitória: abria-se um mercado de 330 milhões de pessoas, eliminava-se um inimigo político e militar e, ideologicamente, “demonstrava-se” a superioridade do capitalismo.

É nesse cenário, aqui descrito resumidamente, que o liberalismo econômico se espalhou pelo mundo, pondo em prática se não a totalidade de suas propostas, pelo menos parte delas.

* * *

Algumas (ou muitas) pessoas interpretam o domínio do liberalismo econômico na atualidade como sendo um fenômeno ideológico: a vitória do pensamento liberal sobre o intervencionista. Mas isto não é suficiente. O liberalismo econômico como teoria e como doutrina começou com Adam Smith (*A riqueza das nações* é de 1776), consolidou-se nas primeiras décadas do século XIX, e de lá para cá sempre teve adeptos fervorosos e influentes; contudo, poucas e limitadas foram as vezes em que foi aplicado

na prática. Isto provoca duas perguntas: primeira, por que só agora, no final do século XX e a segunda, por que o liberalismo? Não havia outra alternativa? Estas perguntas nos levam de volta às questões discutidas no início do presente ensaio.

Com relação à primeira questão e seguindo os argumentos já apresentados, o atual domínio do liberalismo se explica pelo fato de que a burguesia jamais esteve tão unida nacional e internacionalmente e jamais teve tanto poder como agora. Ela tem não só o poder econômico mas também o controle incontestável dos aparelhos do Estado, principalmente dos países capitalistas mais avançados e — através deles ou diretamente — controla também os organismos internacionais, como pode ser observado pelas ações destes. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas — que, como o nome indica, deveria ser uma entidade plurinacional e já teve importante papel na resolução de conflitos entre países — foi convertida numa agência diplomática dos Estados Unidos e seus aliados mais próximos, enquanto o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (sucessora do Gatt) põem em prática as diretrizes econômicas da burguesia (e desde o início já haviam adotado o liberalismo, antes que este se convertesse em doutrina dominante).

Resta a segunda pergunta. O fato de a burguesia dispor de enorme poder não é suficiente para esclarecer a razão de ter optado pelo liberalismo; ela poderia ter adotado qualquer outra doutrina. Obviamente as alternativas socialistas estão excluídas; sobram as alternativas liberais e as intervencionistas, as quais podem ter variantes. Assim, por que não uma variante do intervencionismo, diferente daquela (alegadamente de cunho keynesiano) que se esgotara no início da década de 1970?

Dois motivos podem ser citados. Primeiro, o cansaço da burguesia com o intervencionismo em geral, que a obrigava ao exercício constante de negociar e alterar suas propostas de política econômica em função das circunstâncias; por isto, o ideal era ter uma única política econômica, que pudesse ser permanente, e o liberalismo supostamente oferecia essa vantagem. Segundo, a maciça campanha ideológica a favor do liberalismo, convencendo a burguesia. Mas essa explicação é controvertida: pode uma doutrina que representa os interesses de uma classe social ser criada e aprimorada fora dessa classe e só então ser levada a ela? Existem dois tipos de “sim” para esta pergunta: dos que atribuem aos intelectuais (os formuladores da doutrina) uma autonomia com relação à classe social, ou então dos que acreditam ser possível formular uma doutrina econômica

acima dos interesses de classe. Para outros a resposta pode ser “sim” ou “não” dependendo do que se entenda por “fora da classe social”: os intelectuais ligados ideológica ou politicamente a uma classe social, mesmo que econômica e socialmente não fazendo parte dela, podem ser considerados como estando “fora” dela? Eis um tema para longa discussão.

Apesar dos possíveis méritos explicativos dos dois motivos apresentados (cansaço da burguesia com o intervencionismo e existência de uma doutrina pronta e à disposição), a razão fundamental da adoção do liberalismo pela burguesia é o fato de este ser a doutrina econômica *natural* dessa classe social, com a vantagem de ter sido depurada e aprimorada ao longo de seus duzentos anos de existência, e que só não tinha sido aplicada mais consistentemente como agora porque a burguesia ainda não tinha a força necessária para isso.

O adjetivo *natural* empregado aqui tem dois propósitos. Primeiro, o de assinalar a ligação histórica do liberalismo econômico com o capitalismo, ou seja, o primeiro nasceu quando o segundo consolidava sua existência, quando o feudalismo chegava ao fim, quando a vida econômica deixava de ser regida pela tradição ou pela autoridade e passava a seguir regras próprias: as leis do mercado, sem as quais é impossível imaginar o surgimento da teoria e da doutrina liberais. O segundo, e mais importante, propósito é o de ressaltar o fato (insistentemente explicado pelos economistas e políticos liberais) de que o funcionamento da economia capitalista não requer a existência do Estado. Evidentemente que, em sua história, a burguesia se utilizou (e ainda se utiliza) dos serviços do Estado, porque este já existia e porque a burguesia não tem escrúpulos em lançar mão de qualquer meio que lhe possa ser útil; mas, do ponto de vista econômico, o Estado pode ser substituído por agências privadas na prestação desses serviços; por exemplo, do mesmo modo como os liberais propõem a independência dos bancos centrais em relação ao Estado (como já acontece em muitos países), também é possível imaginar a privatização de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio — os quais, diga-se de passagem, já são controladas pela grande burguesia internacional. Para a burguesia o Estado só é necessário para a defesa de seus interesses em face de interesses contrários, do exterior ou de outras classes sociais; ou seja, como seu instrumento armado para uso externo e interno. Os liberais menos radicais aceitam também que o Estado possa ou deva ser usado para prestar serviços sociais, como os de saúde, educação, segurança pública, dentro de limites. Mas mesmo essa ação assistencialista é combatida pelos liberais

“fundamentalistas”, às vezes com argumentos semelhantes aos usados contra a “Lei dos Pobres” na Inglaterra do século XIX: o auxílio aos mais pobres os acostuma a não trabalhar, leva-os ao ócio e ao vício, induz à indisciplina no trabalho (porque, se perder o emprego, o trabalhador sabe que contará com a ajuda estatal), etc. Em suma, como escreveu Ayn Rand, uma ilustre representante do liberalismo contemporâneo (mas, pelo que sei, ainda não ganhou o prêmio Nobel): “Os fundamentos do capitalismo estão sendo golpeados por uma torrente de altruísmo, que é a causa do colapso do mundo moderno”(*Capitalism: the unknown ideal*, Nova York, 1979, p. viii).

O presente ensaio não tem por objetivo discutir a teoria e a doutrina liberais. Mas isto não exclui uma *tentativa* de avaliar alguns dos resultados alcançados em sua aplicação. A palavra *tentativa* está realçada para assinalar o fato de que a avaliação é complicada. Avaliar significa determinar o valor de alguma coisa ou atribuir um valor a alguma coisa; logo, trata-se de fazer um juízo de valor, que, como todo mundo sabe, é um juízo subjetivo, e, portanto, variável de um sujeito para outro, sujeito que pode ser um indivíduo ou um ser coletivo. A possibilidade da existência de juízos coletivos ou sociais de valor pode ser questionada por certas correntes teóricas individualistas, mas vamos ignorar esta discussão e assumir que cada classe social tem um conjunto específico de valores, embora certos valores possam ser comuns a todas as classes. Logo, o que é *bom* para a classe trabalhadora pode não ser para a burguesia, e *vice-versa*. No caso dos fenômenos econômicos, o *bom* pode ser definido como aquilo que é considerado útil ou benéfico.

De acordo com este princípio, diversos resultados do funcionamento da economia são avaliados de forma oposta: o desemprego da força de trabalho, ao produzir uma queda dos salários e, conseqüentemente, uma elevação dos lucros, e ao provocar um aumento da disciplina dos trabalhadores empregados, é avaliado como *bom* pela burguesia e como *péssimo* pelos trabalhadores; a inflação, ao gerar uma redistribuição de renda a favor dos proprietários de capital, é *boa* para a burguesia e *ruim* para os trabalhadores, mas se for constante e elevada pode impossibilitar os cálculos econômicos e criar empecilhos para a produção, passando a ser avaliada como *ruim* também pela burguesia. E isto nos leva à conclusão de que certos resultados econômicos podem ser avaliados de forma igual pela burguesia e pela classe trabalhadora, embora por motivos diferentes. O melhor exemplo disto é a recessão econômica, quando reduz tanto os lucros como os salários.

Outro problema da avaliação, agora relacionado com a aplicação de uma determinada doutrina econômica, é o de saber se um dado fenômeno (bom ou mau) é efetivamente consequência da implantação das regras propostas pela doutrina. Nesta questão é notável a capacidade dos liberais de isentar o livre funcionamento da economia de mercado de qualquer responsabilidade por resultados considerados ruins. Vamos tomar como exemplo um liberal acima de qualquer suspeita, o professor Milton Friedman (sumo pontífice dos economistas da “escola de Chicago”, guru dos economistas neoclássicos contemporâneos, também ganhador do prêmio Nobel e assessor do governo do general Pinochet). Os economistas favoráveis à intervenção do Estado assumem esta posição por encontrar uma série de efeitos indesejáveis no livre funcionamento da economia de mercado: tendências à superprodução relativa (ou crise econômica) e ao desemprego, formação de monopólios, concentração de renda, injustiça social, etc. Pois bem, o professor Friedman, em seu livro *Capitalismo e liberdade* (cuja edição original é de 1962), inverte essas acusações: o responsável é o Estado e não o mercado. Apenas para ilustrar: “O fato é que a Grande Depressão, como muitos outros períodos de grande desemprego, foi produzida mais pela má administração governamental do que por qualquer instabilidade inerente à economia privada” (*Capitalism and freedom*, Chicago, 1962, p. 38). A principal fonte do poder monopolista é o apoio do Estado; quanto aos monopólios ou cartéis privados, “eles geralmente são instáveis e de breve duração, a menos que possam contar com a ajuda governamental” (idem, p. 131). E assim por diante, de modo que a economia de mercado livre é apresentada como estando desprovida de erros e efeitos indesejáveis.

Depois dessas considerações, vamos simplificar as coisas e assumir que o mundo capitalista contemporâneo, em especial em seus países mais importantes, seja de fato regido pelos princípios do liberalismo ou, pelo menos, por grande parte deles (embora sempre haja um liberal para negar isso, se não der certo essa experiência). Isto posto, quais as conclusões a respeito de seus resultados? Os dados disponíveis assinalam uma queda acentuada da inflação, maior equilíbrio do orçamento governamental, taxas moderadas de crescimento da produção e do comércio internacional, enorme circulação de capital especulativo, concentração de renda, desemprego, etc. A burguesia, ou pelo menos a grande burguesia, deve estar satisfeita com esses resultados (para não falar também dos resultados políticos), porque continua levando adiante as propostas liberais. Para as classes trabalhadora e médias — isto é, para todos os que dependem de

seu próprio trabalho — a situação é ruim: baixos salários, desemprego, redução dos serviços sociais prestados pelo Estado.

Essa situação não parece ser apenas transitória, mas permanente com tendência ao agravamento: a diminuição dos gastos sociais do Estado é não somente um meio de equilibrar o orçamento público mas também uma questão de princípio; com as rápidas inovações dos processos produtivos, o desemprego continuará crescendo e os salários diminuindo. Membros da alta burguesia juntamente com muitos de seus prestigiados intelectuais e políticos, em reunião realizada em setembro de 1995, previram que, no decorrer do século XXI, somente 20% da população apta ao trabalho estará efetivamente ocupada (segundo informam os jornalistas Hans-Peter Martin e Harald Schumann em *A armadilha da globalização*, traduzido do alemão, São Paulo, 1997, cap. 1).

Na verdade, antes que a situação chegue a esse ponto — que corresponde não só a um enorme distanciamento entre a burguesia e as outras classes sociais mas também a um empobrecimento absoluto destas últimas —, alguma coisa deve acontecer. Como no mundo real a economia de mercado livre não obedece as regras dos manuais dos economistas neoclássicos (liberais), novos e velhos problemas vão aparecer e se agravar, e em algum momento as classes que dependem de seu próprio trabalho vão acordar de seu torpor atual e começar a reagir. Quando isso acontecer a ponto de assustar ou ameaçar a burguesia, ela procurará uma das duas soluções usuais: o intervencionismo ou a ditadura, dependendo do balanço das forças políticas, das condições de cada país e das possibilidades de alternativas nacionais num mundo globalizado. O intervencionismo significará uma tentativa de conciliação da burguesia com as outras classes na busca de uma política econômica que, sem prejudicar os interesses da primeira, promova uma melhora nas condições de vida das outras classes. Com a ditadura a burguesia tentará preservar todos seus interesses (com ou sem liberalismo econômico), reprimindo qualquer tentativa de mudança e, em alguns países, poderá até mesmo recorrer novamente ao fascismo para “salvar a civilização”; mas isso não pode ser duradouro, a menos que, como na ficção científica, imaginemos ser possível um mundo formado por uma paradisíaca ilha burguesa cercada por um mar de miséria.

MIGLIOLI, Jorge. Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.35-50.

Palavras-chave: Burguesia; Liberalismo; Política; Economia.